

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
UNESP**

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC

Departamento de Comunicação Social – DCSO

Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

Thamires Magalhães Motta

CASA DE LABRYS:

**UMA BUSCA PELA VISIBILIDADE DAS MULHERES A PARTIR DE UMA
CONSTRUÇÃO COLABORATIVA**

Bauru – SP

2017

Thamires Magalhães Motta

**CASA DE LABRYS:
A BUSCA PELA VISIBILIDADE DAS MULHERES A PARTIR DE UMA
CONSTRUÇÃO COLABORATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Comunicação Social (DCSO), da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC - UNESP Bauru-SP, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Bauru – SP

2017

Resumo

Este projeto consiste na produção de um site colaborativo que apresente pautas que abordem as questões voltadas para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, feministas e negras. Por meio de reportagens construídas em equipe, pretende-se dar maior visibilidade para as necessidades dessas mulheres, nos assuntos relativos à saúde, sexualidade, violência, racismo e políticas públicas. Para viabilizar a construção do site, serão feitas entrevistas e pesquisas que servirão de base para produzir o conteúdo do site, que ainda está em estágio de desenvolvimento.

Palavras-chave: Feminismo, Lésbicas, Jornalismo Digital, Invisibilidade Lésbica, Mídia Alternativa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. JUSTIFICATIVA

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A mídia radical alternativa

3.2 O feminismo interseccional

3.3 Um amor que ousa dizer o seu nome: o feminismo lésbico

3.4 O jornalismo especializado

3.4 A Casa de Labrys

4. DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

4.1 Identidade visual

4.2 Desenvolvimento das reportagens

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Retomada do tema, objeto e objetivos

5.2 Comentários acerca do percurso e dificuldades técnicas

5.3 Contribuições pessoais e profissionais para a área

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

A violência sistemática sobre a qual as mulheres têm sofrido historicamente, dentro ou fora de casa, tem se tornado uma mola propulsora dos movimentos sociais que se organizam com o objetivo de combater esse problema. Quanto mais a mulher se afasta do lugar social que foi imposto pela sociedade misógina e patriarcal, mais ela corre riscos de sofrer um número maior de opressões, que acumuladas, tem o poder de determinar as experiências e modos de sobrevivência das mulheres. As interseccionalidades, portanto, passam a caracterizá-las enquanto indivíduos, criando grupos sociais que precisam combater tipos específicos de violência: contra as mulheres pobres, negras, indígenas, transexuais, bissexuais e lésbicas.

A “existência lésbica”, por exemplo, “inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (RICH, 2010, p. 36). A existência de mulheres lésbicas é por si só uma forma de resistência, já que os entraves contra a lesbofobia possuem características particulares.

[A existência lésbica] é também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (RICH, 1998 p. 36)

Em 8 de abril, Luana Barbosa dos Reis, 34, moradora do bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto, foi abordada e espancada por policiais militares e morreu cinco dias depois, em consequência de uma isquemia cerebral causada por traumatismo crânio encefálico. Luana entrou para a estatística comprovada pelos números do Mapa da Violência de 2014, que mostra que todos os anos, 2.100 jovens negros são assassinados. Porém, a esse caso somam-se algumas interseccionalidades: Luana era negra e lésbica. Para Roseli dos Reis¹, sua irmã e pessoa que a socorreu, antes de ser espancada, Luana foi vítima de lesbofobia. “Talvez aquela abordagem teria sido outra se

¹ REIS, Roseli. A história de Luana: mãe, negra, pobre e lésbica, ela morreu após ser espancada por três PMs: depoimento. [25 de abril, 2016]. Ribeirão Preto: Ponte Jornalismo. Entrevista concedida a Alê Alves.

ela se vestisse de maneira diferente e tivesse outra aparência. Ela dizia que não aguentava mais ser parada nas ruas daqui”.

O caso de Luana ilustra uma realidade na vivência de mulheres que amam outras mulheres: a falta de estudos, dados e pesquisas específicas sobre elas ajuda a invisibilizar a reivindicação de políticas públicas que auxiliem na emancipação e luta contra a violência. Torna-se cada vez mais necessário que veículos jornalísticos estejam atentos a essa questão. Essa emancipação, no entanto, só pode ser garantida por mídias independentes, que não estejam atreladas a grandes empresas e conglomerados, e que por sua vez tenham como característica o compromisso com a diversidade.

Para manter o compromisso público do jornalismo, “informar o cidadão para ele ser livre e se autogovernar”, os autores propõem uma redação na qual a consciência profissional do jornalista seja moldada pela diversidade. “Não é diversidade de raça ou sexo. Não é diversidade ideológica. Não é diversidade numérica. É o que chamamos diversidade intelectual, e compreende e dá significado a todos os outros tipos de diversidade” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, P. 285 apud XAVIER, 2014, p. 140)

O engajamento com a diversidade mostra-se hoje como um dos valores de combate que podem ser usados por profissionais da comunicação e pesquisadores, cujo objetivo último visa uma transformação social. A ativista Angela Davis, uma das mais notáveis militantes pelos direitos de pessoas negras no mundo, já atentava-se para essa questão em 1981.

[Angela] Pensa as diferenças como fagulhas criativas que podem nos permitir interligar nossas lutas e nos coloca o desafio de conceber ações capazes de desatrelar valores democráticos de valores capitalistas. Essa é sua grande utopia. (DAVIS, Angela, 2016, p. 13 apud RIBEIRO, Djamila)

A produção de livros e extensas pesquisas foi uma das ferramentas encontradas por Davis para divulgar a necessidade de criar novos diálogos e novos pontos de vista sobre uma questão avaliada pelos olhos daqueles que já controlavam os meios de produção de narrativas, ou seja, a ideologia dominante anglo-saxã. Foi por meio de agitações políticas, inúmeras passeatas, grupos de estudo e artigos acadêmicos

capitaneados por Davis que os Estados Unidos sentiram estremecer os pilares da superioridade branca na década de 1960.

No Brasil, o ano de 1983 também foi significativo no quesito de agitações políticas promovidas por setores da sociedade conhecidos como “minoritários”. No mês de agosto de 1983, em plena ditadura-militar, ativistas lésbicas do LF (Ação Lésbica Feminista) e do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista) foram expulsas do estabelecimento Ferro’s Bar por vender um jornal produzido autonomamente por elas, o ChanaComChana, que trazia em seu conteúdo informações sobre cultura, saúde, política e entretenimento voltadas para mulheres lésbicas. Desafiando a proibição de participar de um espaço já conhecido por elas há anos, articularam a “retomada” do Ferro’s bar, que consistiu na entrada forçada no estabelecimento e a leitura de um manifesto sobre as liberdades democráticas e o fim do preconceito (FERNANDES, 2014, p.146). Tal episódio ficou conhecido como “a Stonewall brasileira” (FERNANDES, 2014, p.146), e demonstrou a capacidade de transformação que os grupos acêntricos são capazes de efetuar, munidos de disposição política e usando a comunicação como aliada.

Com a popularização da internet no mundo, na década de 1990, as ferramentas usadas por esses grupos ampliaram-se e rebuscaram-se. O surgimento de sites, blogs e portais de notícia online ajudaram a estender o alcance das informações. As redes sociais, em especial, transformaram o consumidor de conteúdos também em disseminador de conteúdos. Apesar disso, como explica Milton Santos, os donos de grandes conglomerados de mídia permanecem sendo os autores de discursos carregados de ideologias dominantes.

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso. (SANTOS, Milton, 2000, p. 28)

É a partir da apropriação dessas ferramentas que os grupos acêntricos podem iniciar a construção de novas narrativas, voltadas tanto para a quebra de tabus relativos às suas vivências e ideologias quanto à necessidade de criação de políticas públicas de defesa e garantia de seus direitos.

O site Casa de Labrys² nasce com o objetivo de auxiliar na garantia de um compromisso voltado para as necessidades de grupos sociais que sofrem com a falta de políticas públicas, em um produto desenvolvido em formato de site, cujas editorias focam na diversidade de mulheres e assuntos relativos às suas interseccionalidades, como violência, saúde, sexualidade, raça e classe social.

2. JUSTIFICATIVA

As discussões acumuladas ao longo de quatro anos de graduação auxiliaram na melhor compreensão das problemáticas dos temas relacionados à diversidade. No ano de 2013, após uma greve de dois meses das Universidades Estaduais, os debates desenvolvidos pelo movimento estudantil e as problemáticas sobre a falta de espaços de fala voltados para as mulheres, LGBTQs, negras e negros, foi um dos pontos que culminou na criação e construção de “coletivos universitários”, voltados para a finalidade de ampliar o diálogo e criar ações diretas capazes de reivindicar uma melhora substancial de condições de existência para esses grupos. Estar envolvida desde o início na criação do “Coletivo Abre Alas” auxiliou na compreensão de que grupos feministas organizados possuem potencial de transformação.

No ano seguinte, em 2014, passei a participar do Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa, o “NEOCriativa”. As experiências no grupo possibilitaram discussões sobre a construção coletiva com um viés anticapitalista que auxiliasse os grupos acêntricos a buscar visibilidade e reivindicar políticas públicas para melhoria de sua existência.

No mesmo ano, integrei a chapa “Sinergia”, único grupo a concorrer a direção do Centro Acadêmico de Comunicação “Florestan Fernandes”, o CACOFF. A partir dessas reuniões, era possível discutir o cenário dos cursos de comunicação no país, relacionar as problemáticas da falta de veículos independentes com o enfrentamento aos grandes conglomerados de mídia, que por pertencer a um grupo seletivo de famílias e empresários, frequentemente se baseia em uma visão menos plural da comunicação. Segundo Downing (2002), são as mídias radicais, organizadas e produzidas por

² Disponível em: <<http://www.casadelabrys.com/>>

coletivos e segmentos subalternos, que vão possibilitar formas de comunicação de conteúdo contra o *status quo*.

O formato de site, uma plataforma digital que pode ter amplo acesso e divulgação dentro dos territórios midiáticos que vem agregando um número imenso de brasileiros, como o Facebook e Twitter, foi o formato idealizado para a concepção do projeto porque viabiliza um espaço plural de comunicação, visões de mundo, redação colaborativa e amplo acesso de internautas.

A apropriação das tecnologias digitais pelos coletivos possibilitou aos movimentos fraturar o bloco hegemônico e blindado do sistema de comunicação monopolizado. As ações desenvolvidas abriram brechas no sistema e, em momentos mais agudos, disputaram a “esfera pública global”, e os espaços das “esferas públicas alternativas e radicais” (DOWNING, 2002 apud XAVIER, 2014).

Esse formato de mídia radical se interliga diretamente à necessidade da ampliação da discussão sobre as questões feministas, LGBT e raciais. O território digital abre espaço para que esses públicos tenham um acesso democrático à informação. Por isso, o principal objetivo desse projeto experimental é produzir um site, construído desde o início de maneira colaborativa, que apresente pautas que abordem as questões voltadas para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, feministas e negras.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- Criar um espaço digital que possa reunir os assuntos e oferecer facilidade no acesso às discussões sobre feminismo, questões LGBT e antirracistas.
- Tratar de mais temas e assuntos relativos à vivência de mulheres lésbicas.
- Fazer uma abordagem crítica de assuntos relativos à emancipação da mulher.
- Conscientizar e sensibilizar o público para a necessidade de compreender e respeitar as mulheres em suas particularidades.
- Ampliar a discussão nos espaços culturais, sociais e acadêmicos sobre feminismo, questões LGBT e antirracistas.

- Demonstrar a importância das dimensões políticas, culturais, econômicas e sociais da luta feminista, lésbica e negra.
- Demonstrar o potencial transformador e efetivo de um processo colaborativo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“As conexões com e entre mulheres são as mais temíveis, as mais problemáticas e as forças mais potencialmente transformadoras no planeta.”³

3.1 A mídia radical alternativa

Para compreender o que significa e a importância da mídia radical alternativa, antes é preciso enxergar o conceito de “mídia” como uma possibilidade mais ampla de notícias do que nos acostumamos a encarar. De acordo com DOWNING (2002), a mídia pode ser vista como uma infinidade de expressões sociais, entre elas a dança, música, grafites e vestuários, já que estes também são capazes de transmitir uma mensagem.

A mídia radical, no entanto, apresenta uma diferenciação singular no que diz respeito a outras mídias alternativas. Sua finalidade é se opor de forma extrema ao sistema político em vigência, com um conteúdo politizado que o diferencie de outras manifestações (DOWNING, 2002).

O poder da mídia radical alternativa surge como uma oportunidade de ampliar as vozes daqueles que são sistematicamente excluídos pelo sistema vigente. Esses grupos são abandonados pela falta de políticas públicas, o que os coloca à mercê da conquista e garantia de direitos básicos, como o acesso à educação, saúde, lazer e cidadania. “O papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade” (DOWNING, 2002, p.49), ou seja, oferecer uma oportunidade aos grupos acêntricos de se expressarem das mais variadas formas

³ RICH, Adrienne. *On Lies, Secrets and Silence*. New York: Norton, 1979. Página 279.

possíveis. A mídia radical alternativa em formato de sites, blogs, canais do youtube, micro-blogs de Twitter e contas do Instagram, se tornam ferramentas que esses grupos se apropriam cada vez mais para construir novas narrativas sobre suas próprias vivências, dessa vez, utilizando suas próprias vozes.

As mídias radicais alternativas têm em comum três pontos: o primeiro é o potencial de romper com as regras de um sistema entravado. Em seguida, são geralmente de pequeno porte ou escala, e por fim, dispõem de poucos recursos. Segundo Downing (2002), elas também tem dois propósitos fundamentais. Primeiro, expressar verticalmente uma oposição direta à estrutura de poder dominante. Segundo, obter horizontalmente a solidariedade e o apoio para conseguir construir uma rede de relações pessoais contrárias às políticas públicas. Para ele, “existe também uma tendência na organização interna de tentar ser mais democrática do que a mídia estabelecida” (DOWNING, 2003)⁴

Por ter como base apresentar-se de uma forma mais horizontal e democrática do que os grandes conglomerados de mídias, a mídia alternativa radical vem se tornando um nicho buscado principalmente por ativistas dos direitos humanos, com o objetivo de fazer valer suas vozes a partir de uma perspectiva abordada de forma menos preconceituosa. Foi observando essas práticas nos grandes veículos brasileiros, por exemplo, que a ONG feminista Think Olga publicou, em junho de 2016, o “Minimanual do Jornalismo Humanizado”, um conjunto de regras e ensinamentos para evitar erros na abordagem de notícias sobre as mulheres, em especial com relação à violência de gênero, racismo, feminicídio e transfobia.

O jornalismo, em especial, por sua posição de confiança e virtude informativa, é capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente à transmissão de notícias. É por essa capacidade que salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos, ainda que aqueles que estão por trás dos furos não o sejam. (THINK OLGA, 2016, p.5)

É comum encontrar notícias que romantizam casos de estupro, chamando-os de “encontros amorosos”, ou que diminuem a gravidade do ato chamando-o de “fazer

⁴ Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp19022003997.htm>>

sexo”, como é possível encontrar no Manual⁵. Da mesma forma, o uso de “crime passional” ou “crime por ciúmes” ao invés de “feminicídio” também demonstra que a imprensa brasileira está mal preparada para lidar com a abordagem sobre violência contra a mulher. De acordo com Santos (2000), as técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e algumas empresas em função de seus objetivos particulares, o que por consequência aprofunda a criação de desigualdades. A medida que as pessoas recebem esse discurso, de forma constante e carregada de pré-julgamentos, a informação vai sendo absorvida como ideologia.

3.2 O feminismo interseccional

Criado pela professora negra e ativista dos direitos civis Kimberlé Crenshaw em 1989, o termo “interseccionalidade” tem o objetivo de mostrar “a visão que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e diferentes graus de intensidade” (KIMBERLÉ, 1989). A intelectual explica que os padrões de opressão estão interligados, unidos e influenciados por sistemas interseccionais da sociedade, como a raça, gênero, classe, capacitismo e etnia.

O que Kimberlé explicita é que as mulheres precisam lidar com diferentes “formas” de preconceito de acordo com as categorias que se somam e se intercalam em suas vidas. Uma mulher branca, por exemplo, sofre machismo. Uma mulher negra sofre machismo e racismo. Uma mulher negra e lésbica sofre essas duas opressões somadas à lesbofobia, por exemplo, e assim por diante. Essas características são capazes de transformar não só as formas objetivas e subjetivas que as mulheres encaram suas vivências, mas também as dificuldades com que lutarão contra essas opressões.

O ano de 2015 foi crucial dentro do movimento de mulheres no Brasil no sentido de aprofundar e explicitar essas questões. O “boom” do feminismo interseccional no país pareceu tentar evidenciar ainda mais as disparidades do movimento feminista, que é “excessivamente branco, classe média, cisgênero e capacitista, não reflete sobre as experiências de diferentes mulheres que enfrentam múltiplas facetas e camadas presentes em suas vidas” (VIDAL, 2014).

⁵ Disponível em: <http://thinkolga.com/olga/wp-content/uploads/2016/06/minimanual_V2.pdf>

A influência do pensamento interseccional, porém, não surgiu recentemente. As pesquisas e indagações sobre a necessidade de se criar um movimento que levasse em conta essas camadas já existia em 1983, data da primeira publicação de “Mulheres, Raça e Classe”, da ativista norte-americana Angela Davis. No final dos anos 1960 e início dos 1970, os movimentos de mulheres negras já contestavam a ideia de que “mulheres” seriam uma categoria homogênea aptas a receber as mesmas experiências de vida. As teóricas da interseccionalidade, como David e Vidal, foram capazes de demonstrar que as experiências de vida e formas de resistência à opressão que as mulheres passavam tem relação direta às influências simultâneas de raça, classe, sexualidade e gênero, teoria defendida pelas mulheres negras do Coletivo Combahee Rider em 1970. (EINSTEIN, 1978)

Em um país fundamentado e levantado a partir de inúmeras desigualdades e explorações, sejam estas o indiscriminado uso da mão-de-obra indígena ou a escravização de negros, além da violência sistemática e sistematizada contra as mulheres, faz-se mais do que necessário e urgente pensar em um feminismo interseccional que leve em conta as particularidades brasileiras e latino-americanas para criar uma nova forma de defesa e resistência das mulheres.

A obra de Gilberto Freyre, “Casa grande e Senzala”, publicada em 1933, foi um dos principais fatores que fez surgir o questionamento sobre o mito da democracia racial no Brasil. Apresentando a crença de que o Brasil teria escapado do racismo que o autor observa em outros países, como os Estados Unidos, a publicação racista influenciou gerações e foi durante anos usada como base para tentar demonstrar que brancos e negros convivem em relativa harmonia. Da mesma forma, ignora sistematicamente as opressões sofridas pelos povos escravizados, as relações de poder e a falta de políticas públicas de reparação, que perduram até hoje, além das violências físicas, estupros e assassinatos defendidos pelo Estado na época.

Mas não só na literatura era defendida e aprofundada a discriminação. Nas artes, na mídia, na rádio, na televisão, na cultura, no esporte, na universidade, na academia, todos os campos de lazer, cultura e política conseguiram de modo significativo aprofundar a diferença entre brancos e negros, fortalecer e repetir estereótipos, além de não garantir o acesso dos grupos discriminados ao seu interior.

Quando falamos de mulheres, essas diferenças se aprofundam ainda mais. À mulher branca foi dado o papel de progenitora, mãe e dona do lar. À mulher negra, o papel de serviçal, objeto sexual e condição animalizada. À ambas, a condição da heterossexualidade compulsória e a disponibilidade aos homens. As mulheres, no geral, sempre tiveram seus papéis sociais determinados pelos homens.

O feminismo surge não só como um movimento de insurgência, rebeldia e revolução, mas como uma busca pela identidade dessas mulheres em contraste à eterna subserviência aos homens. Embora cientificamente seja considerado um movimento organizado que surgiu nos anos 1960, autoras como Angela Davis mostram que mulheres já se organizavam em busca de seus direitos desde o período escravagista. De acordo com a autora, nas décadas que precederam a Guerra Civil, “a consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas [mulheres negras] a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo” (DAVIS, 2016, p 24). Enquanto para as mulheres brancas, ter participado do movimento abolicionista ao longo da década de 1830 as fizeram tomar conhecimento sobre o tamanho da opressão humana.

Foi então, a partir dos anos 1940 que as mulheres organizadas puderam caminhar, buscar a ocupação de espaços e alcançar inúmeras conquistas significativas, como o sufrágio feminino, o uso de contraceptivos, além das conquistas relativas aos direitos reprodutivos e contra os abusos sexuais.

3. 3 Um amor que ousa dizer o seu nome: o feminismo lésbico

Um dos principais objetivos da concepção desse projeto trazia uma questão ainda extremamente particular no que se refere à história de vida da autora. Embora eu tenha compreendido minha orientação sexual relativamente cedo, os processos que fizeram essa descoberta se aflorar e a série de violências que passei fizeram com que ela se tornasse não só uma identidade e uma característica, mas também um símbolo de existência e resistência⁶.

⁶ A autora aqui toma a liberdade de escrever essa categoria do trabalho em primeira pessoa.

Ainda na infância, nós mulheres somos ensinadas e orientadas a seguir uma série de protocolos considerados “femininos”. Brincar de casinha e de boneca, como uma forma de reafirmar a suposta aptidão da mulher para cuidar dos filhos e da casa; sentar com as pernas fechadas, como uma maneira de lembrar a castidade que a mulher deve se submeter; usar saias, maquiagens e saltos, para reafirmar a feminilidade e o papel de busca eterna da beleza, da juventude e do casamento; a proibição das brincadeiras de aventura, liberdade e estímulo da inteligência, como correr, brincar na rua, praticar futebol, entre outros, que são atividades geralmente permitidas aos meninos e que os fazem, desde muito cedo, entrar em contato com uma série de conhecimentos, possibilidades, criatividade e construção de histórias que só “o mundo do lado de fora” pode oferecer.

Fora os signos de feminilidade que precisam ser obedecidos - e que caso saiam da norma, correm o risco de fazer com que você sofra retaliações, como por exemplo, usar uma roupa masculina e levar um tapa dos pais -, as subjetividades relativas ao entendimento da própria sexualidade e da orientação sexual também são obrigados a respeitar certas normas. Desde muito cedo, o que as mulheres veem, aprendem e absorvem sobre o mundo está baseado em uma visão heterossexual. Na televisão, jornais e demais mídias, casais heterossexuais brancos dominam as cenas e são os protagonistas do enredo. Na escola, uma norma social invisível sujeita você a desejar o corpo masculino, e não o feminino. Dentro de casa, é comum que a mesma norma social se repita: os pais são heterossexuais, os irmãos e irmãs também, tal como os avós, ou os vizinhos e amigos da família. A existência homossexual é coberta com um véu, quando existe, e quando não existe, simplesmente ignorada.

Tal como explica Adrienne Rich (2010), existir enquanto mulher lésbica significa não só uma ruptura de tabu, como também uma forma de rejeitar um modo compulsório de vida e atacar, direta e indiretamente, o direito masculino de ter acesso às mulheres. A existência lésbica é, ao mesmo tempo, um ato de resistência que pode acabar envolvida em isolamento, ódio pessoal, alcoolismo, suicídio e violência.

A luta pelo fim da invisibilidade lésbica é hoje um dos principais motes dos movimentos de lésbicas organizadas no país. Aqui, existe uma certa incongruência entre os movimentos feminista e LGBT. Muitas militantes lésbicas acreditam que o

movimento feminista ainda não incorporou as pautas específicas das mulheres lésbicas em suas campanhas, enquanto o movimento LGBT prioriza as pautas de outras siglas em detrimento de mulheres lésbicas. Foi somente em 1999 que as mulheres lésbicas se reuniram pela primeira vez no país para organizar pautas conjuntas, no I Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), que aconteceu em 29 de Agosto, no Rio de Janeiro. Como resultado desse momento, duas mudanças foram feitas: a sigla que nasceu GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) evoluiu para LGBT, colocando as lésbicas no início como uma simbologia da luta contra a invisibilidade. Além disso, o dia 29 de Agosto ficou marcado como Dia da Visibilidade Lésbica.

A visibilidade, portanto, passa a ser um norte dentro da militância lésbica. Essa pauta envolve questões nos âmbitos afetivos, emocionais, políticos e de saúde. Uma vez que a existência lésbica é vista pela sociedade como um desvio da norma da sexualidade, tal desvio é motivo suficiente para que essas mulheres sofram inúmeras violências. Andar de mãos dadas nas ruas, por exemplo, um ato tão corriqueiro na vida de pessoas heterossexuais, pode ser algo evitado ou proibido nas relações lésbicas, como uma forma de proteger-se da violência. Ao mesmo tempo, não ver mulheres lésbicas nas ruas, nas escolas, na televisão, na universidade, nos espaços públicos, cria uma inclinação que assegura sua invisibilidade. Se essas mulheres “não existem”, como poderemos falar sobre elas? Uma criança, por exemplo, que só vê exemplos heterossexuais jamais terá contato com o fato de que existe algo para além dessa norma. Se essas mulheres não são vistas, elas também serão ignoradas pelo poder público, o que implica na inexistência de políticas públicas voltadas para as suas necessidades específicas. Além disso, existe uma lacuna no que diz respeito ao que é a “história lésbica”: desconhecemos qualquer memória, individual ou coletiva, que possa apresentar um histórico das nossas lutas e tradições.

A existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres (...). (RICH, Adrienne, 2010, p 36)

3.4 O jornalismo especializado

Um processo de construção colaborativa de um território midiático que tenha como objetivo abordar a diversidade, abre espaço para potencializar a “cobertura multilateral, pluridimensional e diversificada, propiciada pelas novas tecnologias digitais e convergentes” (XAVIER, 2014). São os processos colaborativos que, dessa forma, se tornam ferramentas para a criatividade e a transformação social.

Colaborar, com os recursos que o espaço virtual oferece, é dialogar, é construir efetivamente um novo raciocínio (em conjunto) sobre temas de interesse em comum. As infinitas conexões do espaço virtual, por sua vez, proporcionam diversos olhares sobre um mesmo assunto, ampliando a compreensão do todo. (BAGGIO, 2011 p.20)

Unir o jornalismo ao feminismo, por sua vez, é uma ferramenta de ampliação de denúncias. Quando os assuntos relativos à emancipação da mulher passar a ser inseridos nas pautas do jornalismo, e não separados em “nichos”, como editorias específicas com o nome “mulher”, que por sua vez ajudam a fortalecer estereótipos de feminilidade, é possível criar desdobramentos reais para as necessidades de luta das mulheres nos dias atuais.

Woitowicz e Pedro (2010) analisam o ativismo midiático feminista e o relacionam com a produção jornalística – nesse caso, impressa –, como uma estratégia política para conquistar visibilidade.

A análise das produções impressas das organizações feministas evidencia o processo de construção de identidades de resistência e a luta pelos direitos das mulheres, a partir da elaboração de conteúdos críticos que projetam o feminismo como prática política. (WOITOWICZ, PEDRO, 2010, p.9)

Construir identidades de resistência, métodos de luta, ferramentas de denúncia e exigir a criação de políticas públicas voltadas para a reparação de uma sociedade machista e patriarcal é uma alternativa palpável que pode ser alcançada por meio de veículos jornalísticos independentes e que tem a diversidade como linha editorial central.

3.5 A Casa de Labrys

A Casa de Labrys nasce a partir desse ímpeto: tornar-se um veículo de comunicação concatenado por pessoas que fazem parte dos grupos acêntricos, que acreditam na comunicação como uma ferramenta de construção social e de criação de novas narrativas. Mulheres lésbicas, bissexuais, negras, gordas, estudantes, moradoras de periferias, não só utilizam suas identidades para compreender os processos de violência e superação que passaram até então, mas também dispõe destas características para criar relatos e explicações que mostram o outro ponto de vista sobre suas vivências, casos que na maioria das vezes são ignorados ou atropelados pelos grandes veículos. Tal como explica Downing (2002), a rede de solidariedade proposta e construída pelas colaboradoras transforma o site em uma alternativa radical aos discursos ideológicos de conglomerados. A criação da Casa de Labrys é uma ferramenta de disputa ideológica por meio da comunicação de grupos acêntricos. Essas identidades, reunidas em prol da transformação, não carregam em si só a característica de serem revolucionárias, mas sobretudo, de serem resistentes.

4. Desenvolvimento do produto

De início, o desejo inicial do projeto era ambicioso e não tinha total relação com as questões feministas e LGBT. Desde o começo da graduação, a esperança cultivada consistia em conseguir fundar uma pequena agência de jornalismo colaborativo até o fim da faculdade, que seria tido como um projeto de extensão. Por inúmeras razões a ideia não se concretizou, mas amadureceu para algo menor e mais palpável, como um site para discutir vivências feministas.

Para dar cabo ao produto, era necessário compor uma equipe de pessoas interessadas em colaborar. Usando redes sociais como Facebook e Twitter, esse primeiro passo mostrou-se rápido e eficiente no sentido de conectar pessoas com interesses em comum. Em algumas semanas, realizamos a primeira reunião com uma série de apontamentos que cada uma das colaboradoras acreditava ser importante para construir o projeto, cujos temas eram sugeridos a partir de situações cotidianas de nossas vivências, assuntos que não são abordados com frequência ou qualidade por outros veículos de mídia, ou questões relacionadas às temáticas feministas, de sexualidade, raça e classe social. A proposição de pautas, por sua vez, era realizada de

maneira horizontal e após cerca de duas horas de discussão. A escolha dos temas por cada uma das colaboradoras segue o sentido de se relacionar com as vivências de cada uma das mulheres. Dessa forma, as mulheres que se sentem mais sensíveis e aptas a falar de relacionamentos abusivos, por exemplo, tem a premissa de escolher essa pauta.

A partir da concepção dessa equipe de mídia, o formato escolhido foi o digital, com a concepção de um website que possa refletir a partir do nome, cores e identidades visuais uma conexão com o universo das mulheres.

A intenção inicial era criar uma revista eletrônica postada em formato de Blog, usando como exemplo o site Capitolina⁷, sendo lançado com periodicidade mensal e edições temáticas. Cada editoria seguiria o nome de uma personalidade, com o propósito de tornar mais conhecida a relação de mulheres notáveis na história com as suas realizações pessoais. Dessa forma, foram separadas inicialmente oito editorias:

- Relacionamento: Elza
- Raça e Classe: Ângela
- Sexo e Sexualidade: Rosely
- Teen: Malala
- Cultura: Nina
- Atualidades: Eliane
- Saúde: Nice
- Comportamento: Simone

As reuniões aconteceram durante cerca de seis meses, desde o início de Julho de 2016. Com dezessete pessoas, sendo quinze mulheres e dois homens, que auxiliaram no design e programação do site, realizamos encontros rotativos fazendo discussões semanais na residência de cada uma das participantes. Dessa forma, com o tempo criamos um laço de afinidades e confiança que pôde ser observado na forma de construção das pautas.

Para a primeira edição, foi selecionado o tema “saúde” para dar início à construção de reportagens e textos opinativos sob uma perspectiva feminista. O tema foi selecionado depois de longas discussões e principalmente desabafos, em que as

⁷ Disponível em <<http://www.revistacapitolina.com.br/>>

mulheres queixavam-se da falta de profundidade e visibilidade com que esses assuntos apareciam na grande mídia, como televisão e portais de notícia. As pautas selecionadas foram:

- Saúde mental e depressão: como a doença afeta os dois gêneros, criado por Isis Rangel.
- As dores do aborto, criado por Daniele Olimpio.
- A violência obstétrica e como isso afeta mulheres negras, criado por Ana Carolina Moraes.
- O anticoncepcional como escolha ou imposição, criado por Giovanna Castro.
- Amadurecimento precoce de meninas adolescentes, criado por Eduarda Souza.
- Relacionamentos abusivos, criado por Mariane Ribeiro.
- Câncer de mama e incidência sobre mulheres negras, criado por Keytyane Medeiros.
- Os tabus da menstruação, criado por Bibiana Garrido, Flávia Gândara Simão e Sophia Andrezza.
- Seleção de documentários para desmistificar o parto, criado por Helena Botelho.
- A saúde sexual das mulheres lésbicas, criado por Thamires Motta.

As orientações principais para criação dos textos, decididas em conjunto, perpassavam a necessidade de criar textos humanizados e sempre sob uma perspectiva feminista, que não reproduzisse preconceitos e pudesse trazer dados jornalísticos importantes. Com o aprofundamento dos laços criados, começou-se a discutir a identidade visual do site.

4.1 Identidade visual

No dia 1 de Agosto, durante uma das discussões semanais, nasceu o nome do projeto: “Casa de Labrys”.

Labrys é aquele machado de duas faces, usados como cetro pela deusa Deméter – Ártemis - deusa da Terra, e os rituais associados a deusa Demétria envolviam atos lésbicos. Uma teoria sugere que ele poderia ter sido utilizado originalmente na batalha das mulheres guerreiras citas. Outra teoria aponta que o machado é utilizado normalmente em muitas sociedades matriarcais. Seu simbolismo está diretamente relacionado ao labirinto. A palavra labirinto significa "Casa do Labrys", invocando a presença da Deusa e seu poder regenerador. A palavra "Labrys" também está relacionada a mesma raiz do latino

labus, que significa lábios e liga o machado de dois gumes diretamente ao órgão sexual feminino. A Casa do Labrys, então, é literalmente o santuário que inclui o ícone do poder criativo da mulher. O labirinto é o corpo da Deusa, o centro dele é o seu útero.⁸

Com o nome criado, restava conceber o logo para finalizar a identidade visual. Com o significado em mãos, os designers Isis Gaona e Matheus Petroni desenvolveram figuras que pudessem trazer a sensação dos objetivos que buscávamos, os lábios, labirintos, formatos arredondados que se assemelhassem ao corpo da mulher, e um machado com representação de força e potência. No dia 6 de Novembro, foi proposta por Matheus Petroni uma edição do logo que agradou à todas as colaboradoras.



Com a identidade visual e as reportagens finalizadas no mês de novembro, iniciamos a compra do domínio www.casadelabrys.com, que passou a ser programado e desenvolvido pelos colaboradores Isis Gaona, Hugo Cicarelli e Isabele Carvasan. O próximo passo após a concepção do território do site, já com logomarca e identidade visual decididas, era utilizar as redes sociais, como Facebook, Twitter, Youtube e Instagram para ampliar a divulgação e o acesso ao veículo. Cada colaboradora utilizaria suas redes sociais próprias para criar uma rede maior de disseminação dos conteúdos produzidos.

4.2 Produção das reportagens

As reportagens produzidas pelas colaboradoras levaram cerca de um mês e meio para serem finalizadas. Em uma das reuniões ocorrida no mês de dezembro, discutimos a possibilidade de produzir conteúdos que não necessariamente seguissem o tema

⁸ Nota da autora.

proposto para a primeira edição, mas que dialogassem com assuntos que estivessem em alta nas redes sociais ou na mídia na época. A primeira criação ficou a cargo da autora, buscando pelos Trending Topics e pelas redes sociais como Facebook e Twitter os temas que estivessem sendo abordados por ativistas. No dia 20 de janeiro, uma polêmica tomou conta das redes quando uma postagem no Facebook viralizou pedindo para que as pessoas jogassem no Google o termo “enteadas”. A surpresa de muitos é que na pesquisa do termo, os resultados da busca mostravam inúmeros conteúdos pornográficos e incestuosos. No dia 23 de janeiro, produzi então o primeiro texto para a Casa de Labrys, sem no entanto utilizar ainda o domínio do site, que estava sendo programado. A reportagem foi publicada na rede social Medium abordando tanto a polêmica do “enteadas” como também da palavra “lésbicas”, que ao ser jogada no Google também mostra conteúdos de sites de pornografia. Com o título “‘Enteadas’ e ‘lésbicas’: a relação entre pornografia e violência e por que achamos isso normal”, a matéria teve 42 mil visualizações, 14 mil leituras e 187 recomendações.

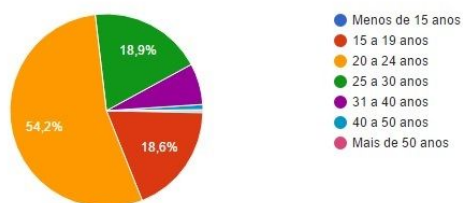
A segunda reportagem, produzida pela autora para fazer parte da edição inicial do site, seguindo a definição do tema estabelecido, que era saúde, abordava a questão da saúde sexual das mulheres lésbicas. Para conseguir visualizar quantitativamente as questões relativas ao tema, foi produzido um formulário pelo Google Docs, divulgado em inúmeros grupos feministas, em parceria com páginas do Facebook que abordam assuntos feministas e relativos à sexualidade, como “Isoporzinho das Sapatão”, “Coletiva Luana Barbosa”, “Coletivo Abre Alas” e os perfis pessoais das colaboradoras. O objetivo era compreender quais são as dificuldades e problemas enfrentados por mulheres que se relacionam com mulheres quando estas procuram atendimento médico ginecológico, quais são seus métodos de prevenção e se já sofreram algum tipo de discriminação. Foram feitas as seguintes perguntas:

- Nome
- Idade
- Raça
- Grau de escolaridade
- Orientação sexual
- Quantas vezes por ano você costuma ir ao ginecologista?

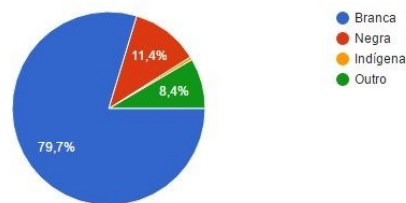
- Você já se sentiu oprimida, foi humilhada, desrespeitada ou mal tratada no Ginecologista alguma vez?
- Durante a consulta no Ginecologista, você conta para o médico qual é a sua orientação sexual?
- Durante a consulta, você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação depois de revelar sua orientação sexual?
- Você acredita que mulheres que fazem sexo com outras mulheres correm risco de pegar DSTs (Doença Sexualmente Transmissível)?
- Você costuma usar algum método de proteção quando faz sexo com outra mulher?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito ou violência?

Foram coletadas 581 respostas, que demonstraram que 54,2% das mulheres que responderam têm de 20 a 24 anos, 18,9% tem de 25 a 30 anos e 18,6% de 15 a 19 anos. Sobre a raça, 79,7% se identificaram como brancas, 11,4% como negras e 8,4% como “outro”. O grau de escolaridade mostra que 53,4% tem o ensino superior incompleto, 30,7% tem o ensino fundamental incompleto e 12,4% tem o ensino médio completo.

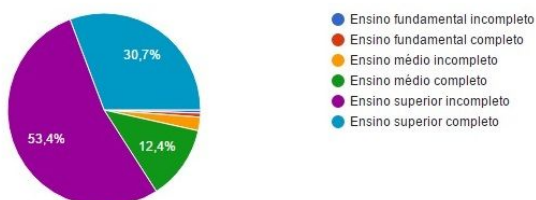
Qual é a sua idade? (581 respostas)



Qual é a sua raça? (581 respostas)



Qual é seu grau de escolaridade? (579 respostas)



As outras perguntas demonstraram que 48,7% das mulheres se identificam como lésbicas, 41,1% como bissexuais e 13,4% como pansexuais. Considerando as respostas, 44,8% das mulheres só vai ao ginecologista uma vez ao ano, 22,6% só vão em casos de emergência 14,8% vão duas vezes ao ano e 11,6% nunca vão. Destas, 64,4% afirmaram que nunca sofreram alguma humilhação ou desrespeito durante a consulta. 20,8% afirmaram que já sofreram e 11,7% não sabiam responder. Ao todo, recebemos 112 relatos que demonstram momentos de humilhação, discriminação, ofensa e até abuso sexual nas consultas ginecológicas. Ao todo, 91,7% das mulheres que responderam afirmam acreditar na premissa de que mulheres que fazem sexo com outras mulheres correm risco de pegar DST's, mas 70,9% não utilizam nenhum tipo de proteção ou método preventivo e 21,7% afirmaram que não conhecem nenhum método voltado para mulheres.

Ao serem perguntadas se já haviam sofrido algum tipo de violência durante a vida, 58,9% responderam afirmativamente, dizendo que já foram chingadas ou ofendidas. 14,9% das mulheres já sofreram violência sexual ou estupro, e 7,1% já foram agredidas. Recebemos 195 relatos denunciando abusos sexuais na infância, adolescência e vida adulta, agressões em casas noturnas e nas ruas, chingamentos e ofensas durante a vida, e agressões físicas vindas de familiares e desconhecidos.

Observando qualitativamente, esses dados demonstram a enorme ineficiência dos programas de políticas públicas no sentido de defender a saúde e integridade de mulheres lésbicas. A inexistência de métodos preventivos de doenças sexualmente transmissíveis voltados para essas mulheres e a falta de conhecimento sobre outras possibilidades chamou a atenção, além dos contínuos relatos de abusos e violências que boa parte delas passou durante a vida. A pesquisa também auxiliou a perceber que essas mulheres vivem um estado de vulnerabilidade, sem assistência real do poder público para sua proteção e garantia de sua saúde sexual e psicológica.

A reportagem construída sobre esse assunto buscou abordar o problema da falta de políticas públicas e solucionar todo tipo de dúvidas das mulheres lésbicas com relação ao acesso à sua saúde sexual, e pode ser acessada na categoria Apêndices.

5. Considerações finais

6. Bibliografia

BAGGIO, Carolina Liger. **Jornalismo colaborativo em portais de notícias online: o que a mídia hegemônica não enxerga?** 2011. 28 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, 14, 1989.

_____. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** (Xerox, s/d) Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>>. Acesso em novembro de 2016.

DOWNING, J. **Mídias radicais: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: Senac, 2002.

EINSTEIN, Zillah. **The Combahee River Collective Statement.** Combahee River Collective, 1978.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, N. James, QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCAR, 2014, 330 p.

IDAL, Ava. **Intersectional feminism. What the hell is it? (And why you should care).** The Telegraph. Janeiro 2014. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/women/womens-life/10572435/Intersectional-feminism.-What-the-hell-is-it-And-why-you-should-care.html>>; Acesso em novembro de 2016.

KOVACH, B. ROSENTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, Baltimore, p.18-44, jul. 1980. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 01 out. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

THINK OLGA. **Minimanual do Jornalismo Humanizado**. Disponível em: <http://thinkolga.com/olga/wp-content/uploads/2016/06/minimanual_V2.pdf>. Acesso em: 13 de jan. 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **FEMINISMO E ATIVISMO MUDIÁTICO: O JORNALISMO COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO POLÍTICA**. Santa Catarina, 2010.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Redações desterritorializadas e as possibilidades de modelagem de narrativas objetivas, concretas e factuais. In: BRONOSKY, Marcelo Engel; CARVALHO, Juliano Maurício de. **Jornalismo e Convergência**. Bauru: Cultura Acadêmica, 2014. p. 131-152.